

1 **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**
2 **DO TAPAJÓS (APA – TAPAJÓS) 25/08/2022**

3 Às nove horas e dezenove minutos da manhã do dia vinte e cinco de agosto de 2022, no
4 auditório do Hotel Amazon Palace, localizado na Av. Marechal. Rondon, 843 - Boa
5 Esperança, Itaituba - PA, 68181-010, Bruno Matos, Coordenador da Unidade Especial
6 Avançada – Itaituba (UNA – Itaituba), deu as boas-vindas aos participantes e fez uma
7 breve apresentação sobre a UNA e os municípios que estão sobre sua jurisdição, ele
8 também agradeceu a participação da plateia e fez um alerta sobre as características de
9 gestão sustentável da categoria de uma APA. Ele também fez um relato sobre como o
10 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizava a
11 elaboração do Plano de Manejo, e como o faz atualmente. Por fim, ele agradeceu e
12 recebeu os novos servidores aprovados no último concurso que aconteceu em 2022.
13 O servidor Gleison, destacou os objetivos da reunião: propor os setores e entidades para
14 a renovação do conselho consultivo da APA do Tapajós e definir a lista de participantes
15 das reuniões setoriais da elaboração do plano de manejo. E também, evidenciou a
16 programação do dia e os acordos para boa convivência da reunião, principalmente a não
17 manifestação pessoal política. Por último, Gleison questionou a representatividade do
18 setor de mineração e garimpo cujo é maioria, setor madeireiro, comunidades, órgão
19 público municipal, estadual e federal, que foram a minoria. Em seguida, a servidora Livia
20 Haubert Coelho, deu continuidade à reunião ordinária para composição do conselho
21 consultivo da Área de Proteção Ambiental do Tapajós (APA – Tapajós), dando boas-
22 vindas aos presentes. Ela apresentou as pautas da reunião: Renovação e modificação do
23 conselho gestor da APA do Tapajós; e Elaboração do plano de manejo da APA do
24 Tapajós. Após isso, Livia realizou um breve histórico sobre o processo de criação da APA
25 – Tapajós, que em 1983 foi criada a Reserva Garimpeira do Tapajós por meio da Portaria
26 882 do então Ministério das Minas e Energia. Em 1989 houve a criação do IBAMA - 22
27 de fevereiro de 1989 por meio da Lei nº 7.735, que criou o Instituto Brasileiro do Meio
28 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Em 2000, a Lei no 9.985, de 18 de julho
29 de 2000 efetivou o Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC). Em 2002, de
30 acordo com um relatório de análise de áreas, houveram propostas para a criação de 9
31 Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira. Em 2003, foi discutido o Plano de
32 Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Livia deu
33 continuidade, afirmando que em 2004, aconteceu o início da elaboração do Plano BR-163
34 Sustentável. Em 2004, ainda segundo ela, ocorreu a criação do Grupo Interministerial
35 responsável pela elaboração do Plano BR-163 sustentável. Além desses eventos, a
36 servidora também trouxe atos importantes em 2005, como o Decreto de 18 de fevereiro
37 de 2005 -ALAP, a Lei nº 6745 de 06 de maio de 2005, o Processo SEI:
38 02001.005679/2005-61, que dá início criação da APA – Tapajós e a Consulta Pública
39 sobre a criação das unidades de conservação na BR-163 (incluindo a APA do Tapajós),
40 em 09 de setembro de 2005. Em 2006, o Decreto s/nº de 13 de fevereiro de 2006 efetivou
41 a criação da APA – Tapajós. Ela destacou também, que em 2007, o ICMBio foi criado.
42 Posteriormente, foram evidenciados outros eventos históricos cujos destaca-se o de 2011,
43 que foi uma reunião para definição da composição do conselho consultivo, que foi criado
44 por meio da Portaria do ICMBio nº 108 de 22 de dezembro de 2011. Já em 2012, foi
45 discutido o plano de ação e regimento interno (09/02/2011). Ela deu prosseguimento aos
46 principais eventos, dos quais destaca-se o concurso de 2014 e a nota técnica plano de
47 manejo de 2015. Em 2015 e 2016, a servidora destacou que houveram reuniões nas
48 comunidades de Mamonal e São José, para falar sobre conselho e outras demandas. Em

Livia Haubert Coelho

49 2017, houveram visitas em comunidades de São Raimundo e Marupá para se discutir a
50 elaboração do Plano de Manejo Parque Nacional do Rio Novo. Em 2017, Livia
51 evidenciou que a UNA – Itaituba foi criada sobre um novo modelo de gestão. Em 2019,
52 a servidora destaca que só foi possível dar continuidade a gestão da APA – Tapajós por
53 conta do recurso oriundo do projeto “Paisagens Sustentáveis” que apoia a elaboração do
54 Plano de Manejo. Após isso, foi apontado que por conta da Pandemia do Corona Vírus
55 (COVID – 19) não foi possível dar continuidade às reuniões de conselho da APA. Por
56 último, Livia também trouxe que em fevereiro de 2022 houveram protestos no escritório
57 do ICMBio em Itaituba. Nesse momento foi apresentado para às SEMMAs dos
58 municípios de Itaituba e Jacareacanga o Termo de Referência-TDR para licenciamento
59 ambiental na APA do Tapajós. Além desse evento, a servidora evidenciou outros
60 importantes que aconteceram ao longo de 2022, como as 8 reuniões de 06 a 18 de julho
61 de 2022 em diversas comunidades. Além disso, a Livia apresentou a estrutura
62 organizacional da UNA – Itaituba e suas respectivas responsabilidades, que foi criada por
63 meio do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017. “Art. 20. À Unidade Especial
64 Avançada compete gerir, manter a integridade ambiental, promover o desenvolvimento
65 sustentável e executar, monitorar e avaliar ações, de modo integrado, de um conjunto de
66 unidades de conservação federais. Parágrafo único. Ato do Presidente do Instituto Chico
67 Mendes definirá as unidades de conservação federais compreendidas pela Unidade
68 Especial Avançada.” A servidora apontou a divisão interna da UNA – Itaituba, que está
69 dividida em Serviço Técnico de Proteção (SETEC I), Serviço Técnico de Gestão
70 Socioambiental e Uso Público (SETEC II), Serviço Técnico de Ordenamento Territorial
71 (SETEC III), Serviço Administrativo (SEADM). Dr. Antunes, da AMOT, pediu a fala e
72 trouxe que a explicação foi perfeita, mas evidenciou a dificuldade no passado de
73 participar das reuniões de conselho. Ele ainda apontou que as áreas de garimpo foi o que
74 serviram como barreira de contenção do desmatamento pelos madeireiros vindos do Mato
75 Grosso (MT). Ele apontou que a maior parte da criação das unidades de conservação
76 foram Florestas Nacionais (FLONAS). Segundo ele, foram criadas mais de 8 milhões de
77 hectares de áreas protegidas e destacou os nomes das unidades. Ele aponta que só restou
78 1 milhão de hectares na APA – Tapajós para as pessoas trabalharem, já que nas demais
79 FLONAS não é permitido flexibilidade como a execução de atividades garimpeiras. Em
80 2003 e 2004, segundo o Dr. Antunes, Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia,
81 deu início ao projeto para permitir a atividade mineral na APA do Tapajós. No qual, o Dr.
82 Destaca os Planos de Lavra Garimpeira (PLG). Ele fez um histórico dos conflitos mais
83 pertinentes que ainda persistem tanto na APA, como nas demais unidades de conservação.
84 O Dr. Antunes fez a leitura de trechos do Decreto de Criação da APA – Tapajós e destacou
85 que os direitos dos garimpeiros minerar deveriam ser garantidos. O Dr. Antunes também
86 relatou o Art. 3º “A propriedade das terras públicas da União inseridas na APA do Tapajós
87 não será transferida a particular, a qualquer título, ressalvados os direitos dos ocupantes
88 de terras públicas na data de publicação deste Decreto, em conformidade com a lei.” do
89 Decreto de 13 de fevereiro de 2006. Por fim, ele evidenciou que não há necessidade de
90 judicialização das demandas dos garimpeiros da região da APA em questão. Em seguida,
91 o Sr. Edilson do Marupá, explica que, em partes, as reuniões para a criação da APA –
92 Tapajós foram feitas com “informações privilegiadas”. Segundo ele, o Marupá, tem
93 estruturas que foram feitas pelos próprios garimpeiros. Ele continuou fazendo denúncias
94 sobre o descaso enfrentados pelos moradores da comunidade do Marupá. O Sr. Edilson
95 afirma que em 1989 a associação foi criada para defender os direitos dos garimpeiros e
96 ajudar a população da comunidade. Por fim, ele destaca que a busca por cadeira no
97 conselho deve ser para compreender a realidade da região, dos garimpeiros, para assim
98 aplicar as regras e normas de acordo com a demandas e necessidades deles: “nós temos

Livia Morais Oliveira Neto

99 que ser ouvidos, os garimpeiros ‘pés no chão’”, disse Sr. Edilson. Em seguida, Gleison,
100 servidor do ICMBio, fez o acolhimento da fala, os encaminhamentos devidos e solicitou
101 o intervalo às dez horas e quarenta minutos da manhã. A reunião teve prosseguimento
102 com a apresentação da servidora Lívia cuja temática foi “Renovação do conselho do
103 conselho gestor da APA do tapajós”. Ela apontou os instrumentos de gestão de unidades
104 de conservação (UC), dos quais destaca-se o planejamento da UC e zoneamento;
105 Visitação em UC; Autorização de pesquisas em UC e planos ação de conservação; entre
106 outros. Em seguida, foi apontado pela servidora a necessidade de ter pessoas qualificadas
107 para compor o conselho da APA e ajudar no processo de gestão dessa UC. Além dos
108 conselhos, Lívia ressalta algumas instituições que precisam estar trabalhando na gestão.
109 Ela também evidencia que durante as viagens às comunidades que compõe a APA –
110 Tapajós, foram mapeadas mais de 114 instituições, como a Polícia Rodoviária Federal
111 (PRF), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), entre outros. Ainda com a palavra, ela
112 explica quais são os setores que poderiam integrar a composição do conselho: 1)
113 Mineração; 2) Comunidades; 3) Setor Público (municipal, estadual e federal); 4)
114 Educação e Pesquisa; 5) Cadeias Produtivas; e 6) Outros. Além disso, a servidora ressalta
115 o percurso do trâmite até a efetivação do conselho e a necessidade de ter paridade na sua
116 composição, isto é, equidade entre entidades, sociedade civil e outros. Ademais, Gleison,
117 do ICMBio, volta a explicar os setores supracitados. Daniela, da DSEI do rio Tapajós,
118 sugeriu para incluir mais associações indígenas e ter um setor específico para questões
119 indígenas. Arão, do Titula Brasil, sugere inserir os núcleos municipais de regularização
120 fundiária que assinaram o Termo de Cooperação Técnica com o INCRA. João, da
121 Comunidade do garimpo Água Branca, sugere inserir a sua comunidade. Humberto, da
122 Associação Nacional do Ouro (ANORO), sugeriu incluir também a Faculdade de Itaituba
123 (FAI), por conta das questões de pesquisa e desenvolvimento. Sr. Ivo, da comunidade do
124 Rato, sugere que a cooperativa do Rato seja incluída na categoria “garimpo” e não
125 mineração. Gilson, da Brazauro Recursos Minerais S/A, sugeriu que o Sindicato Patronal
126 da Mineração fosse incluído, assim como o representante da Federação das Indústrias do
127 Pará. Ao longo das falas, Letícia do Movimento Garimpo Legal, sugeriu que fosse feita
128 uma divisão de Setor Garimpo e Setor Mineração, pois, segundo ela, são diferentes. O Sr.
129 Rubens, da AIMMA, sugeriu o setor florestal e o Sr. Antônio, da Associação Garimpeira
130 e Extrativista Florestal do Rio Novo (AGEFRIN) – Setor Agricultura e Pecuária, sugeriu
131 um setor de agricultura e pecuária no conselho. Lucas, da IDMTAP, sugeriu incluir dentro
132 da cadeia produtiva também os serviços ligados à logística e transporte. Por fim, dando
133 continuidade à dinâmica da reunião, Gleison explica que serão criados quatro grupos para
134 discutirem e construir o Diagrama de Venn. Às onze horas e trinta minutos da manhã,
135 houve a divisão dos quatro grupos para a respectiva construção do diagrama. O grupo
136 moderado pela Lívia, com a colaboração do servidor Hamilton, ficou responsável pela
137 dinâmica do Setor Comunidades. O grupo moderado pelo Gleison, com a colaboração
138 dos servidores Carolina e Plácido, ficou responsável pelo Setor Mineração/Garimpo. O
139 grupo foi moderado pela servidora Damiana, com a temática do Setor Cadeia Produtiva.
140 O grupo moderado pelas servidoras Vanessa e Thays, conduziu o grupo Setor Órgãos
141 Públicos. Houve uma pausa para o almoço às 12h35m. A plenária teve início às quatorze
142 horas e um minuto da tarde do presente dia. Gleison, logo após a exposição de um vídeo
143 institucional sobre cooperação de gestão de áreas protegidas, retomou à programação. Ele
144 ressaltou, de modo geral, as questões que envolveram o debate durante a dinâmica do
145 grupo, principalmente, no que tange à inclusão e saída de órgãos e comunidades que
146 compõem o conselho gestor, bem como as entidades que seriam indispensáveis para ter
147 uma “cadeira”. Em seguida, o Sr. Vieira, do Sindicato Mineradores Oeste Estado Pará
148 (SIMIOESPA), evidenciou que seria importante a presença dos fiscais ambientais na

Cláudio Moraes Oliveira Neto

149 reunião, para que eles “possam se empoderar e entender a temática socioambiental”. Lívia
150 acolheu o entendimento do Sr. Vieira e disse que todos os servidores e servidoras efetivos
151 são fiscais ambientais, e que por isso, não teria necessidade de incluir a categoria “fiscais
152 ambientais” no conselho, pois, como supracitado, todos os servidores da carreira
153 ambiental do ICMBio também são fiscais ambientais. Enquanto não há plano de manejo
154 publicado, diz Lívia, a primeira coisa, para manter a ordem na UC, é a fiscalização
155 ambiental. Portanto, não há como “dar trégua”, como sugeriu o Sr. Vieira. O órgão não
156 pode se comprometer a não fiscalizar mais a APA – Tapajós, porque esse é o dever legal
157 de o fazer, reafirma Lívia. Após isso, a servidora, de modo geral, recapitulou quais
158 entidades das comunidades foram mapeadas e que têm maior ou menor relação com a
159 APA do Tapajós. Nesse sentido, de construir junto à plateia, foi pensado em nove setores:
160 1) Órgãos Públicos; 2) Indígenas; 3) Florestal; 4) Agricultura e Pecuária; 5) Ensino
161 Pesquisa e Extensão; 6) Serviços e Logística; 7) Comunidades; 8) Garimpo; e 9)
162 Mineração. Ela também ressalta, que uma meta importante para este dia, é definir quantas
163 cadeiras e quem são as entidades que vão compor o conselho gestor. Além disso, a
164 servidora destaca que a maior quantidade de cadeiras deve ser dada às comunidades que
165 residem na APA, pois são elas que necessitam e conhecem mais a área em questão. Thays
166 e Vanessa, ambas técnicas ambientais do ICMBio, ressaltaram que foram mapeadas um
167 total de quarenta e duas entidades entre os órgãos municipais, estaduais e federais.
168 Vanessa ponderou todas as entidades, das quais vinte e cinco entidades estiveram mais
169 próximas à APA do Tapajós, oito órgãos ficaram na posição média e os demais, foram
170 alocadas distantes dessa gestão. Cláudio, da câmara municipal de Novo Progresso,
171 sugeriu que é de suma importância inserir algumas entidades dos municípios de Trairão
172 e Novo Progresso. Damiana, também técnica ambiental, responsável pelo grupo de
173 “cadeia produtiva”, relatou que doze entidades estiveram mais próximas da APA, duas
174 medianamente distantes e duas no último nível (mais distantes). Ela destacou,
175 principalmente, que a categoria agricultura familiar ficou entre as entidades do nível mais
176 próximo à gestão da APA do Tapajós. Foi trazido também, disse Damiana, que a
177 discussão do grupo foi que “uma pessoa ou empresa nominal” foi indicada como
178 representante do setor da pecuária, já que a gestão não é individual, e sim coletiva.
179 Portanto, ficou definido não utilizar nomes pessoais para representar os pecuaristas da
180 região da APA do Tapajós. Ademais, ficou definido que para agropecuária, o Sindicato
181 dos Produtores Rurais de Itaituba (SIPRI) seria a entidade para representar a categoria.
182 Em seguida, Gleison nomeou as principais entidades que estão mais próximas à APA. Ele
183 também afirmou que ficou definido no grupo que uma cadeira seria suficiente para
184 representar a mineração. Gleison explica que para o garimpo ficou mais complicado
185 definir as entidades mais representativas, bem como a quantidade de cadeiras para esse
186 setor. Houve certa divergência em relação a quantidade de cadeiras, afirma Gleison, outra
187 vez. Arão, do Titula Brasil, sugere que a Federação das Cooperativas dos Garimpeiros do
188 Pará (FECOGAP) deveria representar as cooperativas. Sr. Vieira, do SIMIOESPA, diz
189 que o ideal para reconhecer o direito sobre o subsolo é a definição de “condomínio”, bem
190 como retirar o mesmo Condomínio dos ocupantes superficiários do Cuiú-cuiú do setor
191 “comunidades” para o setor mineração/garimpo. Lívia deu continuidade e levantou a
192 questão para “pensarmos quantos órgãos e cadeiras seria ideal”. A FECOGAP seria a
193 representação máxima das cooperativas, afirmou Humberto da ANORO. Pedro, da
194 FECOGAP, relativizou que nem todas as cooperativas são associadas, e que por isso,
195 deveria ser levantado as respectivas cooperativas. Igor, do Marupá, sugeriu que a cadeira
196 titular e suplente poderiam ser divididas entre os associados e não associados à
197 FECOGAP. Arão, do Titula Brasil, diz que o INCRA poderia trabalhar em cooperação
198 para titular algumas áreas. De modo geral, a plateia foi nomeando as instituições que

Lívio Novais Oliveira Neto

199 seriam mais importantes tanto para garantir a “atividade econômica que movimenta a
200 região” – garimpo, como a conservação ambiental. Após isso, Livia deu continuidade à
201 apresentação, na qual mostrou a tabela de instituições e passaram, ela e Gleison, a
202 adicionar e excluir algumas entidades, como àquelas supracitadas de Trairão, Novo
203 Progresso, e outras de Itaituba, Jacareacanga e federais, que juntas somaram trinta
204 entidades públicas. Gilson, da Brazauro, alerta que para a definição da quantidade de
205 cadeiras, é fundamental que o Ministério Público - PA e a Ordem dos Advogados do
206 Brasil (OAB) seriam importantes para compor a gestão. Em seguida, Livia ressaltou a
207 importância de discutir quantas cadeiras seriam necessárias para representar os indígenas.
208 Elton, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI- Jacareacanga), sugeriu que três cadeiras
209 estivessem disponíveis para esse setor, e elencou os nomes das associações. O Sr. Rubens,
210 da AIMMA, ressaltou que seria um equívoco adicionar os indígenas no conselho gestor,
211 já que eles estão no entorno da APA e não na parte interna. Contudo, em resposta, Livia
212 afirma que “ainda que eles estejam fora da APA, eles podem ter áreas sagradas e até
213 mesmo circular dentro da APA, e que por isso, eles devem participar e serem
214 consultados”. A reunião teve prosseguimento com a definição da quantidade de cadeiras
215 para o Setor Florestal. Damiana, servidora efetiva do ICMBio, elencou as entidades que
216 foram apontadas em maior nível de importância. Gleison, também servidor, questionou
217 sobre a atuação do Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará (SIMASPA)
218 na região, pois em outros conselhos que este sindicato integra, ele não participou de forma
219 relevante, informação que foi corroborada pelo Sr. Rubens da AIMMA, que explora
220 madeira na APA do Tapajós. Juliano, da Câmara de Novo Progresso, afirmou que
221 conversou com o presidente do SIMASPA hoje, e que foi solicitado para que o SIMASPA
222 estivesse cadeira no conselho. Para o Setor da Agricultura e Pecuária, ficou definido
223 quatro entidades e duas cadeiras. O Sr. Antônio, da AGEFRIN, sugeriu que fosse alocado
224 duas cadeiras para a associação, uma para o setor florestal e uma para a pecuária. Pedro,
225 da FECOGAP, relatou que o ideal seria compor o conselho com os setores que sejam
226 mais atuantes na APA do Tapajós. Para o setor de ensino pesquisa e extensão, foram
227 elencados algumas instituições, dentre as quais destaca-se a presença do Instituto Federal
228 do Pará (IFPA). Livia continuou com a moderação, e levantou o debate de quantas
229 cadeiras deveriam ser definidas para esse setor. Nesse sentido, ficaram definidas três
230 cadeiras. Rose, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), fez um breve histórico da
231 articulação para realizar “os estudos para mostrar que o trabalho era visitar todas as
232 pessoas que estivessem dentro da APA, isto é, aprofundar na pesquisa socioeconômica”,
233 disse Rose. Ela ainda disse que pode se dispor a ajudar com a reflexão de como capturar
234 os dados socioeconômicos, bem como na pesquisa e extensão. Após, Damiana, mostrou
235 as entidades mais relevantes para o setor de serviços e logística. Lucas, da comunidade
236 do Ratão, relatou que esse setor seria um dos mais beneficiados com a composição do
237 conselho, e sugeriu duas cadeiras. Contudo, como ainda restam diversas cadeiras a serem
238 definidas, o Gleison sugeriu que permanecesse apenas uma cadeira para o setor de
239 serviços e logística. Em seguida, foi levantado a quantidade cadeiras para o Setor
240 Comunidades. Paulo, do Cabaçal, sugeriu que uma cadeira fosse definida para o grupo de
241 quatro comunidades. Após, foi definido que para a região do Marupá seria ideal duas
242 cadeiras. Ademais, para a comunidade de São José e Porto Rico, foi definido uma cadeira.
243 Dona Lindalva, da comunidade Penedo, fez um resumo sobre a organização espacial das
244 comunidades. Ela sugeriu que para o Penedo seria ideal uma cadeira. Guilherme, da
245 IDMTAP, sugeriu uma cadeira para a comunidade do Creporizão, e assim ficou definido.
246 Cleiciane, do Marupá, e Sr. Luiz do Água Branca, evidenciou a importância de Água
247 Branca, São Domingos e Boa Esperança ter uma cadeira, e assim ficou definido. A região
248 do Cuiú-cuiú foi levantada como uma possível cadeira, e assim ficou definido. Para o

Lívio Rubens Oliveira Neto

249 Mamoal e Tocantinzinho ficou definido uma cadeira. Às comunidades do sul da APA
250 (São Raimundo, Pistinha, Marrom e Planalto) também foi dada uma cadeira. Em resumo,
251 dez cadeiras foram dadas às comunidades. Sr. Rubens relatou sua experiência com
252 reuniões de conselhos gestores de unidade de conservação, pois, segundo ele “tem que
253 ter disposição para trabalhar”. Às dezesseis horas e trinta e três minutos foi dado intervalo.
254 A reunião foi retomada por Livia às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Ela
255 deu início com o resumo geral das cadeiras. Enquanto a reunião era retomada, um grupo
256 do garimpo se organizou e apontou um total de doze cadeiras. Eles justificaram que essa
257 quantidade era necessária por conta das especificidades que o garimpo exerce na região.
258 Gilson, da Brazauro, sugeriu que mantivesse duas cadeiras para uma combinação de duas
259 grandes empresas de mineração: 1 cadeira para Brazauro e Magelan e 1 cadeira para
260 Ganagold e Serabi. A organização das cadeiras do Setor Garimpo ficou definida da
261 seguinte forma: AMOT 1 cadeira; Movimento Garimpo Legal 1 cadeira; SIMIOESPA 1
262 cadeira; 1 cadeira para a FECOGAP; 1 cadeira para a Cooperativa de Extração mineral
263 do Água Branca (COEMIABRA); 1 cadeira para a Cooperativa dos Garimpeiros do
264 Garimpo São José e para a Cooperativa Ouro Roxo; 1 cadeira para a Cooperativa do
265 Garimpeiros e Mineradores da Amazônia Legal (COOPERMINERA); 1 cadeira para o
266 Instituto de Desenvolvimento Mineral do Tapajós; 1 cadeira para Creporizão
267 (COMIDEC); 1 cadeira para o Sindicato dos Garimpeiros de Novo Progresso (SIGAMP);
268 1 cadeira para a Cooperativa do Garimpeiros do Rio Rato; e 1 cadeira para a Associação
269 Nacional do Ouro (ANORO)-garimpo 4.0 e para a Compradores de Ouro (DTVM). Em
270 seguida, Livia deu continuidade e fez os devidos encaminhamentos das etapas a serem
271 decorridas. Gleison relatou duas datas para as próximas reuniões setoriais para a
272 elaboração do Plano de Manejo com diferentes setores, uma no dia 13/09/2022 com o
273 Setor Órgão Público, uma no dia 14/09/2022 com o Setor Produtivo (madeireiro) e outra
274 no dia 15/09/2022 com o Setor do Garimpo e Mineração para discutir normas e
275 zoneamento. Livia deu continuidade a reunião e apontou que o plano de manejo da APA
276 do Tapajós será construído com o público. Gleison relatou a importância das reuniões
277 setoriais, tanto para os órgãos públicos, o setor produtivo e o setor garimpeiro e
278 mineração. Ele também deu a possibilidade da plateia se dispor a convidar mais pessoas
279 para participarem dessas reuniões, porque tem lugares que a plateia chega melhor do que
280 o ICMBio. Pedro, da FECOGAP, levantou uma dúvida: “já demorou tantos anos para
281 fazer essa atividade por falta de pessoal e recurso. Será que o ICMBio vai ter recurso para
282 executar o plano de manejo ou ficaremos esperando mais alguns anos?”. Gleison, com a
283 palavra, afirma que o novo concurso de 2022 do ICMBio trouxe quatorze servidores e
284 ainda contará com no mínimo mais seis para compor o efetivo. Além disso, afirma o
285 servidor, o projeto “Paisagens Sustentáveis” é o principal apoiador da gestão da APA do
286 Tapajós, portanto, somado ao efetivo dos novos servidores, é provável que haja recurso e
287 pessoal suficiente para o cumprimento da atividade. Após, Plácido, analista ambiental do
288 ICMBio, explanou a trajetória legal de licenciamento ambiental. Gleison solicita o
289 registro em ATA que “os empreendedores busquem saber sobre as licenças ambientais
290 concedidas nas SEMMAs dos municípios de Jacareacanga e Itaituba e qual é a situação e
291 prazos para a adequação delas que foram concedidas sem a anuência do ICMBio”. Em
292 seguida, Adriana, também servidora do ICMBio, relata as atividades que têm
293 licenciamento do município, mas que não possuem anuência do ICMBio. Ela afirma
294 ainda, que as pessoas busquem as SEMMAs dos municípios de Itaituba e Jacareacanga
295 para verificar como e se vai ocorrer algum acordo com o Ministério Público. Gleison
296 expõe uma dúvida individual, a qual foi questionado durante o intervalo, que é sobre a
297 titularidade de terras, tanto federal como estadual. Ele direciona a dúvida para o Rodrigo
298 do INCRA, que, segundo ele, as áreas que são tituladas devem ser oriundas de uso

Mauro Honoris Oliveira Neto

299 agropecuário. O Dr. Antunes, aproveita para explicar sobre esses títulos: "como o INCRA
 300 vai titular uma área que vai ser destinada à mineração?". O que corrobora com o
 301 posicionamento do INCRA, que as áreas devem ser superficiário do solo. Fica registrado,
 302 solicita Lívia do ICMBio, para encaminhar uma solicitação de parecer jurídico sobre o
 303 direito da superfície do solo, que a prioridade é para as comunidades que residem na APA.
 304 A Sra. Caroline Silva, da comunidade Cabaçal, se posicionou que não há um caminho
 305 correto e objetivo para a titularidade de terra, ainda que se tenha perfil de agricultor
 306 familiar e solicita que o ICMBio explique o caminho certo. Por fim, fica registrado, a
 307 necessidade sobre qual é o posicionamento legal à cerca da titularidade de terra na APA
 308 do Tapajós. Também ficou encaminhado, conforme solicitação do Sr. Guilherme
 309 (IDMTAP), um esclarecimento sobre a questão da necessidade de anuência ou de ciência
 310 do ICMBio a respeito do licenciamento ambiental dentro da APA. Ficou definido que
 311 deverá ser incluída uma cadeira a mais no conselho para os indígenas e que a próxima
 312 reunião do conselho será realizada no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte
 313 e dois. Por fim, não foi possível obter a paridade no número de cadeiras entre órgãos
 314 públicos e entidades da sociedade civil, dada às características da Unidade, devendo então
 315 ser encaminhada uma justificativa técnica no processo de renovação do conselho. Por fim,
 316 a ata foi lida e aprovada pelos presentes às dezenove horas e três minutos. Por ser verdade,
 317 eu, Mário Morais Oliveira Neto, secretário ad hoc, lavrei a presente ata. Certifico e dou
 318 fé.

- 319 ARAÃO MOISES LIMA DE ARSUSO (NMPRA)
- 320 Etiane Marques Coelho Cruz Silva (Baturus)
- 321 Giben Gibson Silva - Baturus SA
- 322 Rodrigo Vieira Bura de Co (INCRA)
- 323 MARIO A.S. CASTRO (COOPERATIVA DAS GARIMPEIRAS DO RIO RATO - CGBRR)
- 324 Edilson Rodrigues de Oliveira - CONSELHO COM. MARUPA
- 325 Gustavo do-Silva Pinheiro - ABEFRIN
- 326 Janglandine de Sousa Feneira (MPPA)
- 327 Jéssy Antunes - AMOT
- 328 Rubens Silveira - AMMD
- 329 Marcio Carlos Buraatti
- 330 Jéssy Silva Cordeiro
- 331 Divaldo Serrão Fernandes (ACOPERATA)
- 332 Jerson Barbosa Alves (GPRM)
- 333 Maria Goretti G. dos Santos (INEA)
- 334 Benício Alves Araújo
- 335 André Luiz de Jesus Costa (COMUNIDADE APA Baturus)
- 336 João Paulo de Jesus Silva (Comunidade)
- 337 Marjorie Edigilson Soares (SEMAT Jacaracanga - PA)
- 338 Manoel Adriano Soares (COOPTAP)
- 339
- 340 Gylton dos Santos Mendes
- 341 Paulo Rogério da Silva
- 342 José Otávio Pinheiro Rodrigues (Koppengandara)
- 343 Elton Mendes da Silva (FUNAI)
- 344 Jéssy Guerra Santos (BAMA)
- 345 Jéssy C. Pina (BAMA)
- 346 Roberto de Mello, Pedro A. de Mello Junior
- 347 Juliano César Simionato Claudio N. Leite

Mário Morais Oliveira Neto

348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397

~~Guilherme Will Aguiar~~
Weillom Alves Orals
MARIO ABRA
Ambrato para de Oliveira
Francisco Inácio Aguiar Neto
Liliana Melo da Silva
Patricia P. Estrela
Plácido da S. V. Suassuna Jitani
Nancy André Tommasin
Roberto Assunção Pin
Daniela de Moraes Bessa
Vanessa Rodrigues Ferrer
Plácido Cardoso de Oliveira Neto
Valter do Sílva Glebdo
Liliana Regina Barros da Silva
Mariano Lima Bait
Jaime Carilli P. do Vale
Mário Gomes Oliveira Neto
Ligia Bait J. Celho
Gleisa R. Kreitz
Damianna Luiza Muciel
Thays Maia de Queiroz Sazon
Carofino de N.A. Fidelli Marçalino